

ILMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF

LICITAÇÃO EDITAL Nº 26/2008

PREMOTEC – PRÉ-MOLDADOS E TECNOLOGIA EM CONCRETO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob número 07.202.638/0001-54, vem por seu representante legal no final assinado RECORRER DA DECISÃO que excluiu a recorrente do certame em face de recurso interposto pela empresa HIDROSONDAS HIDROGEOLOGIA E CONTRUÇÃO, tendo a alegar e requerer o que segue:

A comissão de licitação desqualifica a Recorrente sob o fundamento de que a mesma não apresentou certidão ou atestado de capacidade técnica em seu nome, violando o que dispõe o item 5.3.4 “e” do edital.

Certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(a) da respectiva certidão do CREA, comprovando ter a empresa executado obras/serviços similares ao objeto desta licitação;

e1) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnica sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.

PRELIMINARMENTE

Da falta de interesse do recorrente

Conforme consta da ata a empresa HIDROSONDAS HIDROGEOLOGIA E CONTRUÇÃO solicita registro de observações referentes a documentação apresentada. Data vênua trata-se de um ato ineficaz no curso da licitação, posto que não há manifestação expressa de impugnação por parte do concorrente. Ademais, FALTA DE INTERESSE da

IDROSONDAS em impugnar a PREMOTEC LTDA, uma vez que a primeira concorrente ao LOTE 01 e a segunda LOTE 02.

O processo administrativo rege-se pelos mesmos fundamentos do processo judicial, sendo o interesse elemento essencial para a formação d lide. O interesse processual ou interesse de agir é manifestado pela necessidade, utilidade e adequação do provimento jurisdicional reclamado.

Assim, considerando inexistir prejuízos ao concorrente que indica a alegada falta de documento, desnecessário apreciar o pedido formulado pela HIDROSONDAS.

DA ALEGADA VIOLAÇÃO AO SUB ITEM 5.3.4, alínea “e”

O sub – item 5.3.4 letra “e” diz que a empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(a) da respectiva certidão do CREA, comprovando ter a empresa executado obras/serviços similares ao objeto da licitação.

A Requerente apresentou atestados por meio do acervo técnico da empresa Paulo Roberto Lago Pinheiro, devidamente registrado no CREA. A norma do edital deve ser interpretada nos termos do que dispõe a lei 8.666/93.

Segundo a resolução CONFEA n 317/86, que dispõe sobre Registros de Acervo Técnico dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia e expedição de certidão considerando-se Acerto Técnico Profissional toda a experiência por ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatível com as suas atribuições, desde que anotada a respectiva responsabilidade e ainda que CONSIDERANDO que as pessoas jurídicas só poderão exercer atividades de Engenharia Arquitetura e Agronomia se contarem com participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado, conforme preceitua o artigo 8º, parágrafo único, da Lei 5.194/66, de sorte que o que conta é a experiência do profissional responsável, no caso em exame sócio da empresa.

Considerando que não há disposição legal expressa, o item “e” deve ser interpretado na medida do interesse público e da razoabilidade.

Chegaria às raias do absurdo dizer que não estar habilitada a Requerente ao Certame que trata serviços de operação e manutenção do Projeto de Irrigação Rodelas, quando o responsável técnico da empresa é o RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA CONSTRUÇÃO DO PRÓPRIO PROJETO RODELAS, ora, quem pode mais pode o menos. Se no acervo técnico do sócio da Empresa está incluído a construção do próprio projeto RODELAS, não se pode conceber que a empresa dotada do acervo técnico da construção de determinada obra esteja impossibilitada de promover a simples operação e manutenção da mesma.

O acervo técnico profissional é mensurado pelo corpo técnico a disposição da empresa, no caso em exame é o próprio sócio da empresa profissional qualificado para a obra, aliás, o mesmo profissional responsável pela sua construção.

Os tribunais pátrios já se manifestaram no sentido de que não viola o edital a comprovação da capacitação técnica por meio dos profissionais a disposição da concorrente, conforme arestos que pedimos vênias para citar:

Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO

Classe: AMS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - 200234000241088

Processo: 200234000241088 UF: DF Órgão Julgador: QUINTA TURMA

Data da decisão: 30/5/2007 Documento: TRF100254390

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE PARTICIPANTE. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. VINCULAÇÃO AO EDITAL. DECADÊNCIA.

1. Da leitura do art. 30 da Lei 8666/93, bem como item 6.1.4.3 do Edital da Concorrência 008/2002 - CPL, percebe-se que a qualificação técnica tanto pode ser comprovada pela presença na empresa licitante de profissional de nível superior graduado em Engenharia Elétrica OU outra titulação com atribuição profissional pertinente (fornecida pelo CONFEA - Conselho Federal de engenharia e Arquitetura), detentor de atestado de responsabilidade técnica.

2. A Apelada apresentou certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA, nas quais, consta, inclusive, que foram lavradas em atendimento ao disposto na Resolução 317/86 - CONFEA, comprovando que o técnico em eletrônica e sócio da empresa, Irineu Rosa Lemos, foi o responsável/executor de diversos contratos, não devendo, por esse motivo, então, ter sido considerada inabilitada para a licitação, pois demonstrada a qualidade técnica do profissional, em atendimento ao edital.

3. Não há que se falar em desrespeito ao princípio da vinculação do edital, pois em nenhum momento foi ferido, até porque há nele previsão expressa quanto à possibilidade de também profissional com outra titulação, que não de nível superior, desde que detentor de certidão de responsabilidade técnica, ter reconhecida a capacidade exigida legalmente.

4. O item 6.1.4.3 do edital, que trata da qualificação técnica, não foi impugnado por qualquer das partes na época oportuna. Apesar disso, esse item não traz nenhum prejuízo para a apelada, pelo contrário, vem amparar sua pretensão, de modo que o reconhecimento da decadência em relação ao mencionado item do edital em nada lhe aproveita.

5. Apelação não provida.

Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO

Classe: REO - REMESSA EX-OFFICIO - 199801000478840

Processo: 199801000478840 UF: TO Órgão Julgador: SEXTA TURMA

Data da decisão: 27/4/2001 Documento: TRF100111296

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS.

1. Sabido que o Edital é a lei da licitação e do contrato (Maria Sylvia Zanela Di Prieto), não se pode exigir dos licitantes qualificações que não constaram de seu texto.

2. Comprovado mediante atestado fornecido pelo CREA que a licitante possui em seu quadro permanente profissional detentor de Atestado de Capacidade Técnica para execução de obra ou serviço compatível com o objeto da licitação, ilegal se afigura sua inabilitação à alegação de descumprimento do Edital.

3. Segurança concedida.

4. Sentença confirmada, improvida a remessa oficial.

Por tudo isto, sendo regular a documentação apresentada pelo Requerente, que atende o que diz a lei e o edital, requer seja a mesma devidamente habilitada.

Pede deferimento

Brasília, 10 de abril de 2008

PREMOTEC
PRÉ-MOLDADOS E TECNOLOGIA EM CONCRETO LTDA